

# Os documentos arqueológicos e Históricos: A relação da cultura material e do ambiente nos Sítios Arqueológicos do Cariri Paraibano

The Archeological and Historical Documents: The relationship of the material culture and the environment in the archeological sites of Cariri Paraibano

Carlos Xavier de Azevedo Netto\*  
xaviemetto@gmail.com

Adriana Machado Pimentel de Oliveira\*\*  
adriana.butija@gmail.com

**Resumo:** Neste trabalho, procuramos discutir as relações específicas entre a arqueologia e a história, a partir do estudo de caso da arte rupestre de alguns sítios arqueológicos existentes na região do Cariri Paraibano. Discutiremos as vinculações entre a Arqueologia pré-histórica – um dos muitos campos em que atualmente se subdividem os estudos arqueológicos - e a História. O ponto focal da discussão é estabelecer a relação entre o ambiente e os sítios arqueológicos, nesse caso o chamado Cariri Ocidental, no Estado da Paraíba, situado no nordeste brasileiro, a partir de uma noção de materialidade e de coisa. Consideramos as populações que se assentaram em um ambiente semiárido, conforme é apresentado nos resultados preliminares de diversas pesquisas realizadas na região acerca de populações detentoras de formas de produção documental diversas, que fogem ao padrão considerado tradicionalmente.

**Palavras-chave:** Arte rupestre, materialidade, Cariri Paraibano, paisagem.

**Abstract:** *In this work, we aim to discuss the specific relationship between Archeology and History, from the perspective of the rock art case study of some archaeological sites in the Cariri region, in Paraíba State. In fact, therefore, we will discuss the linkages between Prehistoric Archeology - one of the many fields in which archaeological studies are currently subdivided - and History. The focal point of this discussion is to establish the relationship between the environment and the archaeological sites, using the case of archaeological sites located at the Western Cariri, in the Paraíba State, in northeastern Brazil, from a concept of materiality and of thing. It was considered the case of the population that was laid in a semi-arid environment, as presented in the preliminary results of several studies conducted in the region about people holding various forms of documentary production, that are beyond the standard traditionally considered.*

**Keywords:** *Rock art, materiality, Cariri Paraibano, landscape.*

\* Bolsista de Produtividade de Pesquisa do CNPq, nível 2. Atualmente é professor Associado da Universidade Federal da Paraíba, no Departamento de Ciência da Informação, atuando como docente permanente dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação – PPGCI e de Antropologia – PPGA, ambos da UFPE, como coordenador do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR e do PPGCI

\*\* Doutoranda em Arqueologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). É voluntária da Universidade Federal da Paraíba, como assistente de pesquisa no projeto Programa Arqueológico do Cariri Paraibano, apoiado pelo CNPq.

## Introdução

Desde cedo, a arqueologia apresentou necessidades e ações interdisciplinares na busca de entender o desenvolvimento e as representações de diversas sociedades. Neste trabalho, procuramos discutir as relações específicas entre a arqueologia e a história, a partir do foco do estudo de caso da arte rupestre de alguns sítios arqueológicos existentes na região do Cariri Paraibano. Na verdade, portanto, estaremos discutindo as vinculações entre a arqueologia pré-histórica – um dos muitos campos em que atualmente se subdividem os estudos arqueológicos - e a história. Do ponto de vista do conhecimento histórico, estamos interessados em perceber como as pesquisas arqueológicas podem contribuir para preencher as lacunas existentes na história da ocupação indígena daquele local.

O ponto focal da discussão é estabelecer a relação entre o ambiente e os sítios arqueológicos, no caso o chamado Cariri Ocidental, no Estado da Paraíba, situado no nordeste brasileiro, já que se trata de populações que se assentaram em um ambiente semiárido, conforme é apresentado nos resultados preliminares de diversas pesquisas realizadas na região, desde Almeida (1976) até os dados levantados nos projetos Processos Classificatórios Simétricos de Grafismos Rupestres (Bolsa de Produtividade de Pesquisa) e Caracterização dos Grafismos Rupestres do Cariri Ocidental.

## Materialidade como documento – o olhar arqueológico

De forma tradicional, na arqueologia, é considerado que seu objeto de estudo são os artefatos produzidos e utilizados pelo homem em um passado, próximo ou remoto, como Dunnell (2007) ressalta ao afirmar que a arqueologia é a ciência dos objetos. Com isso, o arqueólogo, ao se deparar com os restos das atividades humanas no passado, pode inferir como esses grupos se

comportavam, que tipo de relação estabeleciam entre si e com o ambiente. Essa forma de abordar os fenômenos arqueológicos tem como fundo uma postura semiótica dos fenômenos culturais (GEERTZ, 1978). Ainda no escopo da dimensão simbólica dos objetos, inclui-se a chamada arte rupestre como um artefato que produz a paisagem.

No momento em que as abordagens tradicionais do registro arqueológico começam a sofrer críticas quanto à sua linearidade interpretativa, um dos focos dessas críticas vem do advento da noção de agência ou agenciamento (GELL, 1998), quando lança as bases para o entendimento de uma antropologia da arte, onde a ação do fazer, produto do fazer e o suporte do fazer estabelecem relações. Quando Latour (1994), entre outros, lança a ideia de simetria, já que retira do ator humano a exclusividade da ação, incluindo outros elementos (homens, artefatos, paisagens, etc) que compõem uma dada realidade sem uma hierarquia, estabelece um elo de complementaridade com a agência. A noção de agência, em conjunção com a de simetria, que aqui será empregada, partindo da constatação que o fenômeno rupestre traz em si uma dimensão estética destacada, propicia uma forma de abordagem que se afasta de uma ótica monotética em sua observação e tratamento, passando para uma visão politética (CLARK, 1984) com a inclusão de outros atores, que através de suas ações, estabelecem sucessivas redes de relações que são efetivadas entre os signos rupestres em si, com o suporte, com seu entorno imediato, que forma uma paisagem, e com o seu observador, em qualquer situação espaço-temporal, em sua materialidade (KNAPPETT, 2012).

A partir daí, passa-se a considerar o conjunto que forma o fenômeno rupestre como uma sucessão de redes sobrepostas, que se interligam na forma de um rizoma (DELEUZE; GUATARI, 1980). Esse rizoma, quando se consideram a degradação, natural ou não, do su-

porte, as mudanças ocorridas na paisagem, a sucessão dos diferentes seres que atuam sobre os painéis e a própria dinâmica de modificação dos signos, percebe-se que ele se encontra em um devir, em uma processualidade constante da relação que a materialidade dos grafismos rupestres está inserida. Essa processualidade caracteriza os grafismos rupestres dentro dos fenômenos materiais da cultura, com dinâmicas e velocidades variadas e contextuais, configurando o que Ingold (2012) chama de “coisas”, nas quais incluiria artefatos, objetos, paisagens e demais elementos de uma dada realidade.

O registro arqueológico, no sentido de ser resultado de comportamentos de um grupo, onde estão imbuídos de aspectos simbólicos, são estruturas semióticas, de acordo com Geertz (1978), por isso mesmo seus elementos podem ser considerados como signos. Esses signos formam estruturas delimitadas e bastante diversificadas, variando de acordo com cada momento e circunstância. Embora algumas correntes teóricas tenham tentado reconhecer o significado dessas representações cotidianas, chegando a uma aproximação linguística do fenômeno (LEROI-GOURHAN, 1983-1985) ou mesmo de “leitura” desses registros (HODDER, 1994), constatou-se que a simples relação de linearidade entre significante e significado não consegue explicar o fenômeno em sua totalidade. Na busca da fuga da relação simplista do signo e seu significado, foi encontrada a teoria Semiótica de Peirce (1977), como um caminho que possibilitaria abordar a entidade signo de modo mais completo. Optou-se, então, por utilizar esta teoria como embasamento teórico/analítico para o presente estudo.

Considerando a defasagem entre a prática arqueológica e as inovações teóricas, onde a crise do paradigma disciplinar ainda não foi devidamente tratada, como é discutido por Fahlander; Oestigaard (2004), os estudos da cultura material são evidenciados em um espec-

tro de uma pós-disciplina, incluindo-se aí a arqueologia. Embora a relação entre arqueologia e semiótica esteja tradicionalmente voltada para o estudo dos signos rupestres, esta pode materializar-se de forma mais ampla, como foi indicado por Preucel (2006). A utilização da teoria semiótica volta-se, para o caso da arqueologia como um todo, como a forma de construção de significados dos conjuntos de atributos observados e relacionados nos contextos arqueológicos.

A relação entre a teoria semiótica e a arqueologia é função da relação que esta última mantém com seu objeto, como fruto da cultura produzida pelo homem no passado. Entende-se que a cultura possui uma natureza semiótica, tal como discutido por Geertz (1978), já que seria composta por uma teia de significados. A partir dessa relação, esta forma de registro, e/ou representação, seria entendida como um sistema fechado, que seria mediado e interpretado pelos diversos marcos conceituais, tanto da cultura produtora como da cultura observadora, em qualquer momento, onde o objeto representado, o autor e a obra mesclam-se em uma única entidade, o signo. Essa mescla se dá de forma intencional ou acidental, fruto da dinâmica cotidiana dos grupos culturais detentores de um determinado conjunto de objetos, como mostra Webmoor (2005).

A aproximação se dá, inicialmente, com o surgimento do pós-processualismo, que vem da teorização do contexto arqueológico como um texto que, de acordo com Preucel (2006), advém dos pressupostos desconstrutores do texto e da escrita de Derrida e na ação social direcionada ao discurso de Nora. Dessa feita, Hodder propõe considerar o registro arqueológico como um texto a ser lido, visto que os produtos da ação humana, os objetos, somente possuem significado em sua relação com os demais elementos do contexto arqueológico. Este pode ser considerado como limitante na sua abordagem, já que faz uma sobreposição entre funda-

mentos da semiologia de Saussure e da semiótica de Peirce, sem atentar para as questões propostas pela teoria da percepção, como pode ser observado em Hodder (2009, p. 2 e 3). Como esse contexto está composto de representações de ações humanas, que têm sua dinâmica e ações próprias na composição do contexto arqueológico que está em constante ação, recorreu-se a Olsen (2003) quando propõe que o entendimento do contexto arqueológico vá além do texto, em uma abordagem simétrica entre a ação humana e seu reflexo nas ações dos objetos.

A relação estabelecida com os objetos observados no contexto arqueológico se dá por meio da potência de representação, de ações e modos de vida que esses objetos possuem. Mas essa representação não se dá de forma individualizada nos objetos, mas por categorias de objetos, o que demanda a construção de unidades de comparação, a noção de tipo. Como já foi mencionado, o aporte tipológico, utilizado em larga escala no Brasil, mostra a preocupação dos arqueólogos brasileiros em não estabelecer significados, ou traduções, para os artefatos produzidos e observados nos sítios, mas sim em estabelecer as identidades dos padrões culturais que influenciaram a concretização dos contextos particulares. Esta linha teórico-metodológica é baseada na noção de tipo, para qual nas representações rupestres as figuras são tidas como resultado de padrões culturais passíveis de mudança, surgindo daí o conceito de sinal ação.

Reconhece-se, então, que os signos-tipo, ou simplesmente signos rupestres, são signos apresentando o seu primeiro arranjo, e são considerados iniciadores de um processo de semiose ilimitada (ECO, 1980), em qualquer nível de interpretante.

Neste ponto, os questionamentos acerca das noções de espacialidade utilizadas tradicionalmente na arqueologia são necessários, como as elaboradas tanto

por Leroi-Gourhan (1983-1985), ou mesmo por Deleuze & Guatari (1980), embora esta última apresente uma maior abertura para a inclusão de diversos fenômenos, como demonstrou Azevedo Netto (1994), quando inclui a noção de territorialidade (AZEVEDO NETTO; KRAISCH; ROSA, 2007). Essa noção tem sua importância, sendo, pois, relacionada, além da verificação da ocupação de determinado espaço por uma população específica, com a possibilidade de inferência das identidades étnicas de grupos pretéritos, documentados historicamente. É, então, a relação entre a consciência de etnicidade e seu contexto que direciona as condições de vida social e a construção subjetiva de sua identidade, frente à realidade social (JONES, 2005), em situações muito específicas e circunstanciadas.

Nesta delimitação, entra em cena a aproximação feita por Bordieu (1989) entre identidades regionais e étnicas, que estão intimamente ligadas à propriedade territorial, enquanto signos originários, que são referenciados pelo lugar, com seus sinais duradouros, que se vinculam como produtoras da identidade do grupo. Isso porque as regiões, paisagens ou territórios são produtos históricos e culturalmente determinados. Assim, o lugar aparece permeado de signos da identidade, e introduz, a partir do poder de classificação, uma descontinuidade sociocultural em uma continuidade dada como natural. Este ponto levanta a questão do aparecimento de fronteiras entre territórios, que se mantém subjetivado dentro de classificações particulares, já que:

*[...] é social de parte a parte e as classificações mais 'naturais' apoiam-se em características que em nada têm de natural e que são, em grande parte, produto de uma imposição arbitrária, quer dizer, de um estado anterior das relações de força no campo das lutas pela delimitação legítima. (BORDIEU, 1989, p 155).*

Assim, esse ambiente, quando se torna socializado, passa a uma dualidade em que é considerado como uma construção social, ao mesmo tempo em que determinados momentos constrói uma determinada sociedade. Com isso, essa relação entre a paisagem e o lugar torna-se estreita, com a primeira, passando pelo nível da escala espacial a ser adotada, podendo ser considerado dentro da esfera do território de unidade política, uma cidade, etc. Já o lugar, passa a ser considerado como um ponto específico dentro de uma paisagem maior dentro de processos de construção, apropriação e alterações de ambientes, como propõe Acuto (1999).

E no que diz respeito à arte rupestre, a noção de espaço assume contornos mais restritos de território, visto que ocorre um processo de sinalização de diferentes nichos em um mesmo ambiente, ou mesmo em ambientes diferentes, como pode ser visualizado no trabalho de Williams (1985), sobre a delimitação de territórios através da arte rupestre nas Guianas, ou de Corrêa (1994), quando infere uma territorialidade na calha do Rio Uatumã, na Amazônia.

Assim, o espaço começa a assumir contornos de paisagem, onde é possível vislumbrar a diluição entre as fronteiras entre natureza e cultura, como foi explicitado por Castro (2002). É nesta interface entre o cultural e o natural que emerge a paisagem:

*À medida que os grupos reencontram suas paisagens como um prolongamento da própria identidade, essas relações são intensificadas, interiorizadas, gerando processos combinados e simultâneos de natureza diversificada, legados a um jogo de forças. Sob essa ótica, todas as paisagens são heranças em vários sentidos, sejam como realidade natural ou cultural, transformados a todo instante de maneira contínua, ao longo dos tempos, manifestas em testemunhos de uma objetividade que emerge da própria subjetividade. (GUIMARÃES, 2003, p. 49).*

Este aspecto próprio da construção social do espaço, transformando-o em paisagem, poderia ser considerado um evento semiótico, onde formar-se-ia um elo entre os signos expressos pelos artefatos, móveis ou imóveis, com o espaço, como foi discutido por Azevedo Netto (2013). Entendendo-se semiótica como a teoria que tenta dar conta do universo simbólico humano, e não como uma abordagem ligada à linguística, de modo independente, pode-se buscar compreender as relações que os signos (entidades representativas) estabelecem entre si, e qual a lógica que perpassa por estas relações. Por isso, a semiótica presta-se como marco teórico que promove o norteamento das abordagens das manifestações arqueológicas, onde os significados dos objetos estão tanto em suas formas como em suas ações, assumindo o caráter representacional, tornando-se signos. A moderna concepção dos estudos arqueológicos, advindos da perspectiva simétrica (LATOUR, 1994 e WEBMOOR, 2005), é dirigida ao entendimento de seus aspectos espaciais e interacionais, entre humanos e objetos.

Esse tipo de relação (homem X objeto) é mais flagrante no caso da arqueologia dado que os significados nunca são dados pelo próprio objeto. O objeto arqueológico não enuncia diretamente seu significado, mas sim se desdobra em dados que podem ser coletados pelo pesquisador, dando condições ao arqueólogo de construir um significado, quando este se aproxima e interage com seu objeto (WITMOORE, 2006). Essa construção não é feita de modo aleatório, mas balizada através do embasamento teórico, no qual tem um importante papel da antropologia, no tocante a identificar as sobreposições de redes que se estabelecem na confecção e observação dos painéis. Nisso, a noção, aqui utilizada, de significado, é aquela que o entende como uma construção, não como algo em si.

Este universo simbólico obedeceria, assim, a uma

estruturação lógica, coerente e particularizada para cada contexto cultural ao qual pertenceriam os signos, instituindo assim uma ordenação na utilização desses mesmos signos, opinião partilhada por Prous (1989), no caso da arte rupestre. Neste contexto, a teoria semiótica de Peirce (1977) se apresenta como base ao nível da fundamentação teórica, já que a natureza do trabalho do arqueólogo, em si, não é outra senão semiótica. E por quê? Porque os remanescentes da cultura material, que caracterizam seu objeto de estudo, são tratados e reconhecidos como signos do comportamento humano no passado. Desses signos e suas associações, o pesquisador procura reconstituir os diferentes comportamentos culturais. Esses significados, sendo construções feitas pelo arqueólogo, não se restringem a uma única relação obrigatória entre artefato e significado. E esta construção só se dá pelo processo de semiose ilimitada, que é ligado intimamente ao processo de significação, para um interpretante, onde um signo propicia a sua significação sobre outros signos, visto que: “Esta contínua circularidade é a condição normal da significação, e é por isto que permite o uso comunicativo dos signos para se referir às coisas.” (ECO, 1980, p. 60).

Concluindo, o arqueólogo, enquanto observador dos signos da cultura material, assume o caráter de interpretante no processo de significação. Ao se deparar com os painéis de arte rupestre e observar os seus signos, ele desencadeia um processo associativo, onde se evidencia a correlação entre estes signos, e suas semioses, com outros atores/agentes, desde o suporte e sua topografia, passando pelo ambiente e até mesmo das ações empreendidas pelo observador para captar o fenômeno. A partir daí, pode-se dizer que o significado das figuras rupestres é formado na consciência de seu observador, no caso o arqueólogo, a partir da apreensão das diferentes características dos signos rupestres, inse-

ridos em seus painéis, e a correlação dos diferentes signos produzidos por esta apreensão, com outros já conhecidos, em um constante devir, em uma constante construção, refletindo a sobreposição das diversas redes de correlações que estão se dando nos painéis.

### Arqueologia e História: a ponte para a memória coletiva

O estudo das diferentes facetas com que o homem vem ocupando os espaços é objeto de algumas disciplinas que procuram entendê-la dentro de uma sistemática reconhecida como científica. Dentre estas, uma delas procura se ocupar da relação entre este homem com o seu espaço, através de sua apropriação cultural, no decorrer do tempo; esta disciplina é a arqueologia. Na sua formação, essa disciplina procurou se municiar de instrumentos teóricos que possibilitassem reconhecer as condutas humanas no passado através dos restos materiais deixados pelas sociedades pretéritas. Neste foco da espacialidade, pode-se identificar a aproximação que há dos estudos arqueológicos das questões ambientais. Assim, a arqueologia estaria atuando em um espaço de saber interdisciplinar, onde de um lado se daria a cultura e de outro estaria o tempo, um espaço entre a Antropologia e a História, já que:

*A História tem por objetivo de estudo as sociedades, numa perspectiva diacrônica, abordando essencialmente as que possuem escrita. As sociedades sem escrita do passado são, pois, o campo da Pré-História, enquanto as culturas dos povos ágrafos atuais ou recentes são principalmente investigadas pela Antropologia Cultural. (PROUS, in: SCHIAVETTO, 2003, p. 25).*

Através da Resolução CONAMA-01<sup>1</sup> de 1988 (Conselho Nacional do Meio Ambiente), o patrimônio arqueológico começou a fazer parte do patrimônio am-

<sup>1</sup> Conselho Nacional de Meio Ambiente

biental brasileiro, buscando aumentar a conscientização acerca do valor das identidades culturais. Entender a história local e estar inserido nela, procurando valorizar o passado como instrumento para a compreensão do mundo em que se vive é, sem dúvida, fundamental. É importante sabermos a nossa origem e como a nossa cultura se desenrola durante tantos anos. Sendo assim, procuramos estabelecer uma discussão inicial sobre a inclusão social do patrimônio arqueológico existente no Cariri paraibano, fruto do projeto *Arqueologia do Cariri*, como uma estratégia de preservação e afirmação de identidades culturais.

No que diz respeito à questão das memórias coletivas relacionadas com os atributos espaciais, referentes ao ambiente, parte-se das ponderações de Certeau (1994) quando se considera o espaço como uma forma de ver e referenciar as ações cotidianas de uma determinada comunidade. Agrega-se a isso o alargamento da noção de documento (LE GOFF, 2003), que nos permite considerar que o ambiente, enquanto espaço de relações entre elementos integrados, incluindo a ação do homem nos seus mais variados meios de adaptação e sobrevivência, já que este ambiente guarda registro da passagem do homem em seu cotidiano, passa a ser compreendido como um atributo a ser considerado na reconstituição de qualquer evento histórico, de qualquer período.

Na região do Cariri Ocidental, objeto de sucessivos projetos de pesquisa, observa-se que atividades predatórias do meio ambiente, como a exploração das rochas, a extração de argila para olarias caseiras e o assoreamento dos rios, causam um impacto no local e isso afeta, diretamente, o patrimônio arqueológico existente. A arte rupestre, em especial, tem sofrido sérios riscos quanto à sua conservação, como foi observado por Lax e Almeida no *Relatório da Bacia do Rio Taperoá* (WATANABE et al., 2002). Para o escopo do presente

trabalho, a observação dos vestígios arqueológicos se restringirá à área do Município de São João do Cariri, que é de fundamental importância para a história local, pois tais vestígios fazem parte das informações do passado da região, deixadas por povos que já não mais existem, que constituem os fundamentos das estratégias de sobrevivência que as populações atuais podem adotar na melhora do seu cotidiano, constituindo, assim, o seu legado, i. e., a herança cultural.

Através dos grafismos, esses caçadores, coletores e/ou horticultores deixaram as marcas de sua presença, pro meio dos vestígios de seu cotidiano. Esses vestígios constituem “parte do sistema de comunicação do qual se preservavam apenas as expressões gráficas que resistiram ao tempo.” (GASPAR, 2003, p. 12). A perda desses registros implicaria um retrocesso em relação ao estudo da pré-história local, pois, levaria à produção de lacunas para a construção da história local, através desses referenciais de memória. Esses registros, incorporados pela história, devem fazer parte da construção das identidades locais, assentadas na memória da ocupação da área.

Quando nos referimos à cultura material, identidade e memória, percebemos que existe uma forte linha que as interliga, realçando a afirmação de que elas se encontram unidas e, muitas vezes, se entrelaçam nos seus conceitos. A forma como se processam as memórias, como elas se fragmentam e como são postas no mundo atual, ganha forças quando se relacionam com os constantes processos de construção de identidades sociais. É pela cultura material que se possibilita a recuperação de informações do cotidiano dos grupos sociais que, originalmente, ocuparam a região. O que permite que se construam mecanismos de referência de identidades culturais, através de marcos de memória coletiva.

Entendendo que, somente através de um processo

de construção de identidades culturais, podemos chegar a uma real formação de comunidade que se reconheça com afinidades de presente e passado, é que podemos manter os indivíduos próximos. E é neste aspecto que a questão dos marcos referenciais dados pelo patrimônio arqueológico contribui para a consolidação das identidades e leva à conscientização do papel social desenvolvido pelo indivíduo perante a sociedade. É desta forma que percebemos a relevância da arqueologia, tanto para a história quanto para a pré-história, dando ênfase à sua importância para o pré-historiador, pois ele pode utilizar as informações obtidas através da cultura material as quais, muitas vezes, não são mencionadas nos documentos históricos.

A arqueologia, que em grego significa “conhecimento dos primórdios” ou “relato das coisas antigas” (FUNARI, 2003, p.13), estuda a totalidade material desenvolvida pelas sociedades humanas, tanto a cultura material procurando chegar ao simbólico quanto a imaterial (MITEHN, 2002), sem limites de ordem cronológica. Assim, a cultura material está diretamente ligada à memória já que faz referência ao cotidiano dos grupos sociais, sendo uma das responsáveis por representar as práticas sociais e culturais desses grupos. Seguindo o pensamento de Dolores Newton sobre a representação da cultura material, utilizando-se das colocações de Azevedo Netto ela é caracterizada:

*(...) como único fenômeno cultural codificado duas vezes: uma vez na mente do artesão e a outra na forma física do objeto. Essa dupla codificação permite comparar os três fenômenos culturais, ou seja, o artefato bem como seus aspectos cognitivos e comportamentais. Constitui, ao mesmo tempo, o único meio de se inferir algo sobre formas culturais do passado. (2005, p. 271)*

Assim, a cultura material se faz presente às manifestações cotidianas de uma determinada sociedade, através de suas representações, mostrando-se como elemento definidor dos aspectos culturais desse grupo. Mas deve-se observar que para a interpretação desses achados, em especial relacionados com as artes rupestres, que refletem os usos e práticas de determinadas comunidades, o seu entendimento se dá “a partir das próprias figuras representadas e dos arranjos dos painéis, e não se recorrendo a explicações exógenas.” (GASPAR, 2003, p. 28).

A partir deste ponto de vista e análise, observamos que os artefatos refletem comportamentos humanos, os quais nos dão informações referentes a cada grupo cultural. É um discurso formado através da visão histórica e antropológica que se baseia na existência de marcos distintivos e registros de sociedades diversas que constroem suas identidades específicas por meio da ocupação do mesmo espaço e tempo histórico, através de suas práticas culturais.

Atualmente, o conceito de identidade agregado ao termo cultural, dentro das ciências sociais, se encontra variado e se expande continuamente, como foi apontado por Hall (2002). Torna-se um instrumento que permite ao indivíduo se localizar em um sistema social e, ao mesmo tempo, ser localizado socialmente. Portanto, a definição de uma identidade se dá de modo relacional a partir da multiplicidade, considerando-se que esse processo de atribuição ocorre sempre que se comparam duas instâncias sociais diferentes, quer individuais quer coletivas. Podendo-se dizer que essa noção está intimamente relacionada com o campo da representação, quer social ou cultural, em constante processo de “*devenir*”.<sup>2</sup>

Por seu lado, o campo da memória vem, a cada dia, ganhando forma na área do saber da Arqueologia

<sup>2</sup> As identidades reelaboram-se de acordo com as circunstâncias sociais, espaciais e temporais dos atores em questão, em um processo constante de reinterpretção e ressignificação.

com o resgate e a preservação do patrimônio, e a construção da identidade cultural que se dá através da reconstrução do cotidiano dos grupos sociais por meio da cultura material. Segundo Gonçalves (1998-1999, p. 15), a partir do pensamento de Madalena Chauí, quanto a essa questão: “Seria ela, a memória a nossa primeira e mais fundamental experiência do tempo”. A memória contribui com a Arqueologia no sentido de recuperar os elementos que não foram registrados pela história oficial, ou seja, tenta reconstruir o passado e os nexos perdidos. Podemos dizer que os marcos da memória são considerados como produtos e objetos culturais e, aparecem, então, como algo concreto, cuja produção e acabamento se realizam no passado e que objetivam transportar para o presente, marcos, referenciais que se distinguem da produção do passado devido à sua reinterpretação atualizada. (DIELH, 2002).

Sendo, assim, na construção coletiva, a memória sofre ação das forças sociais que perceberem a sua importância, bem como a do seu controle, e consideram a sua dinamicidade e a sua capacidade de construção e recriação. Segundo Azevedo Netto:

*(...) pode-se falar que a memória é um fenômeno, um ato de referenciamento, imbricado nas teias de relações sociais, já que ela apresenta-se como um meio ou instrumento de aprendizado e socialização, no qual, muitas vezes, a continuidade entre o evento no passado e a realidade no presente não pode ser explicitada claramente. (2003, p. 15).*

Para a arqueologia, a memória, a identidade e a cultura material são de suma importância devido às suas inter-relações de preservação, representação e referenciação, produzindo significados que possibilitam às pesquisas arqueológicas construir ou reconstruir a história de um povo ou um fato que é relevante para a humanidade. As informações que a arqueologia recupera

de uma cultura material são de caráter “fenomenal”, pois se trata, muitas vezes, de informações efêmeras que a memória busca representar, estabelecendo uma identidade.

## O Cariri e a questão ambiental

Para delimitação da área de pesquisa arqueológica, algumas considerações preliminares devem ser apontadas. Para o estabelecimento de recorte espacial/ambiental, deve-se ter em conta que:

*Para o estabelecimento de uma área arqueológica, que deverá ser pesquisada durante anos, parte-se, teoricamente, do estudo geomorfológico prévio de uma determinada microrregião que seja adequada para se iniciar a pesquisa arqueológica, e, em seguida, realizam-se prospecções extensivas nessa área escolhida. Não poucas vezes o achado é casual ou a notícia chegou através de um leigo que se interessava pela arqueologia da sua região, o que obriga a procura de maiores informações para o posterior estabelecimento da área arqueológica. (MARTIN, 1999, p. 89).*

O recorte espacial adotado neste trabalho está baseado na divisão geográfica oficial, estabelecida pelo IBGE, que define o estado da Paraíba dividido em quatro grandes mesorregiões denominadas de Mata Paraibana, Agreste, Borborema e Sertão, e elas, por sua vez, se mostram distribuídas em vinte e uma das microrregiões (COSTA, 2003, p. 53). Dentre estas microrregiões, encontra-se o Cariri, considerada uma das áreas mais secas do Brasil, localizado na Mesorregião da Borborema, no trópico semiárido do Estado da Paraíba. Na Região do Cariri Paraibano estão situados 29 municípios, dos quais cerca de doze são apontados como possuidores de elevado potencial turístico. Entre estes estão os municípios de Boqueirão, Cabaceiras, Gurjão, São João do Cariri, São José dos Cordeiros, Congo, Coxixola e Monteiro.

A região dos Cariris recebeu esta denominação devido aos índios da nação Cariri que viviam naquela área desde tempos remotos até o início do século XVII. As informações sobre essas populações indígenas, consideradas “bárbaras” pelo elemento português, foram obtidas através de relatos de cronistas e missionários religiosos.<sup>3</sup> Cariri é um termo de origem tupi, com variação do Kiri’ri, que significa “silencioso”, “deserto”, “ermo” ou pode significar, também, “caatinga pouco áspera” (COSTA, 2003, p. 55). Os Cariris foram ocupando aquela área a partir da bacia do rio Paraíba e de seus afluentes. Nestes locais, foi desenvolvida a cultura do algodão de fibras longas. As práticas agrícolas desses povos já demonstravam serem predatórias da fauna e flora locais, pois as queimadas eram comuns no cultivo da roça de mandioca e/ou milho.

A prática de uma agricultura “predatória”, embora significativa por se apresentar como uma forma de sobrevivência desses povos, demonstra, também, ser um fato marcante enquanto formação cultural, por constituir-se um marco intrínseco no modo de vida desses primitivos habitantes. Predatória por se apresentar como forma de esgotamento do solo para a continuidade da vegetação até então característica da região. Esta prática agrícola predatória se mostra de forma mais compreensiva e contundente através de Euclides da Cunha, em sua obra *Os Sertões*, que descreve:

*Entalhadas as árvores pelos cortantes djis de diorito; encoivados, depois de secos, os ramos, alastravam-lhes por cima, crepitando, as caixaras, em bulcão de fumo, tangidas pelos ventos. Inscreviam, depois, nas cercas de troncos combustos das caixaras, a área em cinzas onde fora a mata exuberante. Cultivavam-na. Renovavam o mesmo processo na estação seguinte, até que, de todo exaurida aquela mancha de terra, fosse impres-*

*tável, abandonada em caapuera – mato extinto – como a denuncia a etimologia tupi, fazendo dali por diante irremediavelmente estéril porque, por uma circunstância digna de nota, as famílias vegetais que surgiam subsecutivamente no terreno calcinado eram sempre de tipos arbustivos enfezados, de todo distinto dos da selva primitiva. (CUNHA, 2000, p. 62-63).*

Com a colonização, esse processo de depreciação do meio ambiente foi largamente aprofundado uma vez que a sociedade colonial passou a buscar, não apenas uma forma de sobrevivência, extraído da natureza os meios necessários para fazê-lo, mas também uma fonte de lucros indispensável para o processo de acumulação de capital. Portanto, é necessário perceber que a incorporação gradual dessa área à esfera do mundo colonial resultou no estabelecimento de relações sociais que nem sempre ocorreram de maneira racional, e sim através de um processo que segue a ótica capitalista, o qual faz com que tudo gire em torno da geração de valores de troca.

Essa região possui solos pouco rasos, com aproximadamente cinquenta centímetros de profundidade, demonstrando, logo em seguida, rochas cristalinas, impermeáveis, sendo cobertas pela vegetação nativa que se apresenta, historicamente, como a vegetação mais rarefeita do semiárido paraibano. Ela guarda um clima seco com umidade relativa do ar quase sempre abaixo de 65% e com altas temperaturas durante o dia, decrescendo com o cair da tarde, mesmo nos dias de verão.

O rigor climático presente na região proporciona uma vegetação típica, classificada como caatinga hiperxerófila, distribuída em solo de baixa profundidade e bastante pedregoso. Essa tipologia de vegetação foi classificada pelo IBGE (1992) como Savana-Estépica

<sup>3</sup> Essas informações referem-se a cronistas como Ambrósio Fernandes Brandão em *Diálogos das grandezas do Brasil* e Frei Vicente de Salvador, em *História do Brasil, 1500-1627*.

Arborizada. O semiárido paraibano não se mostra de forma uniforme, pois existem certas diferenciações entre as sub-regiões que apresentam a mesma classificação climática, mas aspectos pluviométricos, geológicos, de temperaturas, vegetação e solos distintos.

Embora haja, na atualidade, toda uma preocupação com o meio ambiente, de um modo geral, são precários os estudos das ciências humanas na abordagem da problemática das diversidades ambientais encontradas no semiárido. Esta precariedade se mostra presente nos estudos da História, em especial na Paraíba, pois a historiografia tradicional, relacionada com autores como Horácio de Almeida, Maximiano Lopes Machado, Irineu Joffily, Celso Mariz e Irineu Pinto, entre outros, se limita a abordar apenas análises políticas e, em menor grau, econômicas, além de temáticas envolvendo aspectos sociais. No entanto, pouco ou nada trata dos temas relacionados à história ambiental, como mostra o trabalho de Azevedo Netto; Duarte e Machado (2005), acerca da inserção ambiental dos sítios arqueológicos encontrados no Município de São João do Cariri.

A região semiárida nordestina apresenta particularidades únicas do ponto de vista climático, pois são encontrados, em alguns locais, verdadeiros “oásis” dentro de toda a extensão árida. Locais que, mesmo suscetíveis à seca periódica, possuem rios e riachos intermitentes, com a vegetação adaptada à região.

Na apresentação da geografia e do meio ambiente local do semiárido paraibano não se pode deixar de destacar a importância das serras na sua geomorfologia, pois com a formação do Planalto da Borborema se originam as principais nascentes dos rios que cortam a Paraíba. Na encosta oriental, na serra dos Cariris Velhos, encontra-se a nascente do rio Paraíba, com seu principal afluente, o rio Taperoá, originado na serra de Teixeira. A estabilidade do ambiente, em muitos ca-

sos, pode ser determinada pela vegetação que recobre o solo, evitando processos erosivos susceptíveis em áreas não recobertas. A dinâmica se faz presente no ambiente e sempre ocorrem modificações.

Em decorrência do baixo índice pluviométrico, os ambientes paisagísticos contidos nessas áreas semiáridas apresentam condições bioclimáticas desfavoráveis, que determinam, juntamente com outros fatores, certa fragilidade ambiental no que diz respeito à dinâmica da paisagem, sendo então considerada como uma região subdesértica. Não obstante, a vegetação e animais endêmicos, ou seja, nativos, apenas encontrados nesta região, possuem artifícios de convivência com este ecossistema, o que facilita sua sobrevivência, diferente dos seres humanos, que dependem do solo e da vegetação para sobreviver.

Percebe-se que, com o povoamento intenso da região semiárida, as condições de vida na região do Cariri foram, aos poucos, sendo agravadas, e, nos dias atuais, a desertificação desta área é um problema que muito afeta o ecossistema do local. Os danos causados ao meio ambiente demonstram um sério risco à preservação e conservação dos sítios arqueológicos, especialmente aqueles que contêm arte rupestre. Isso porque o problema da desertificação demanda ações e compromisso que devem ser tomados pelas autoridades competentes. (PESSIS; MARTIN, 2002, p. 204).

### Arqueologia do Cariri Ocidental

Essa região é detentora de uma série de sítios arqueológicos que apresentam indícios culturais, associados tradicionalmente às grandes unidades de classificação arqueológica para a arte rupestre do nordeste. No caso do Estado da Paraíba, estas unidades são a Tradição Agreste, estilo Cariris Velhos, para as pinturas, porém ocorrem certas sobreposições de elementos nordestinos nos sítios. No caso das gravações, sua filiação está associada à Tradição Itaquiara. Essas classificações

têm se mostrado com certa fragilidade, já que passam a contar com atributos classificatórios os elementos gerais de sinalação, que podem ser encontrados em todas as partes do mundo, e em si não apresentariam nenhuma peculiaridade que justificasse sua categorização.

Para a Tradição Agreste, segundo Martín (1999, p. 276), ela é encontrada em todo o Nordeste, desde a região agreste até a região semiárida. É caracterizada por uma técnica gráfica inferior à da Tradição Nordeste (fotos 1, 2, 3 e 4). Sua principal característica são os



**Foto 1**—Detalhe do Sítio Muralha do Meio do Mundo. Fonte: dados da pesquisa

gens. Segundo Gabriela Martín:

*[...] são conjuntos formados por abrigos com pinturas rupestres, permanente ou temporariamente ocupados como acampamento ou habitação, com um cemitério nas proximidades, e sempre perto de fonte de água, tais como caldeirões, olhos d'água ou pequenos riachos, ou seja, sítios com pinturas, cemitério e água, em pé de serra, que são os elementos que caracterizam basicamente os sítios arqueológicos da sub-tradição Cariris Velhos na Paraíba e em Pernambuco (1999, p. 281).*



**Foto 2**—Detalhe do Serrote do Letreiro dados da pesquisa



**Foto 3**



**Foto 4**  
Fotos 3 e 4—Sítios roça Nova. Elementos Agreste e Nordeste no mesmo painel. Fonte: dados da pesquisa

grafismos de grande tamanho, na maioria das vezes, isolados, sem formar cenas e, quando estas existem, se apresentam com poucos indivíduos ou animais. São, muitas vezes, acompanhados por grafismos puros, simples ou mais elaborados. Seus grafismos não aparecem em abrigos e paredões no alto das serras, preferindo matacões arredondados de granito, nos vales e nas encostas das serras, como forma de se destacar nas paisa-

Nesta tradição, o tipo de pigmento utilizado é o vermelho, nas diversas tonalidades, e com diferentes densidades e elaboração estética dos grafismos, dependendo da área geográfica. Devido à grande extensão que abrange, a Tradição Agreste é composta de várias subtradições, algumas podendo ser determinadas, enquanto outras foram apenas esboçadas e estão aguardando

dando estudos mais complexos.

Segundo Martín (2003, p. 13), “a tradição Agreste se transformou em um recurso ambíguo e excludente”, tornando a classificação desta, por negação. O que não seria Tradição Nordeste seria Tradição Agreste, o que acarreta problemas sérios de classificação e comparação dos dados, porque coloca uma grande quantidade de informações para a explicação de apenas uma tradição. Esse posicionamento acarreta sérios problemas na construção do conhecimento acerca das representações rupestres, já que não é possível agregar-se conjuntos coerentes e relevantes pela ausência de atributo, mas sim por um jogo de proximidade e distância nos atributos considerados. (AZEVEDO NETTO; DUARTE; OLIVEIRA, 2010).

No caso da Tradição Itaquatiara, sua classificação ainda é mais ambígua, já que admite uma diversidade, muitas vezes incompatível, de motivos técnicos e distribuições. Ao longo de todo o território brasileiro, é observável a existência de gravuras indígenas localizadas nas rochas ao longo de cursos d’água. São denominadas, genericamente, de ‘itaquatiara’ que significa, na língua tupi, *pedra pintada*. De todas as manifestações rupestres da fase pré-histórica, essas são as que mais têm prestado a interpretações diversas. São as que “formam a tradição ou as tradições mais enigmáticas de toda arte rupestre do Brasil” (MARTIN, 1999, p. 298), embora não se tenha nenhuma discussão mais formalizada da constituição desta unidade. Assim, considera-se difícil incluí-la em correlação a grupos pré-históricos específicos.

Os sítios cemitérios são o Serrote da Macambira (fotos 5 e 6). É um abrigo formado por rebatimento de afloramentos graníticos no alto da serra do mesmo nome, no Município de São João do Cariri. O material encontrado é basicamente ósseo com a ocorrência de dois fragmentos cerâmicos, que formam um vaso em

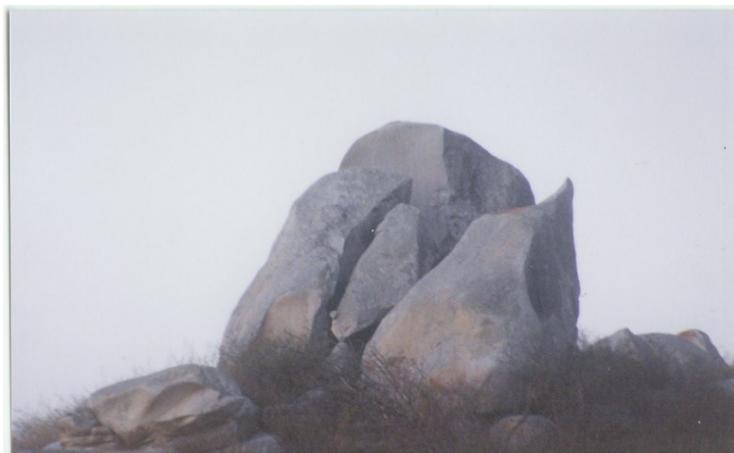


Foto 5—Serrote da Macambira vista geral. Fonte: dados da pesquisa.



Foto 6—Serrote da Macambira – salão. Fonte: dados da pesquisa.

miniatura, e um raspador plano-convexo de calcadônia, com uma data de  $1.880 \pm 30$  B.P. (Beta 400647). O material ósseo foi completamente descontextualizado em função da intervenção da polícia local. Em análises preliminares, foi possível observar a ocorrência de paleopatologias, indicativos de dietas pela abrasão dentária, indicativos tafonômicos e o uso ritual desses restos, com um total de 15 indivíduos, sendo uma parcela muito jovem, ainda na infância. O indicativo de ritual foi possível pela observação de sepultamentos secundários, como pode ser visto no desgaste em ossos longos e na pintura de placas cranianas de crianças (fotos 7 e 8). Tal material merece maiores estudos.

O segundo sítio cemitério encontrado nesta região foi o da Barra. Esse sítio encontra-se no Município de Camalaú, formado por desmoronamento de aflo-



**Foto 7**— Serrote da Macambira – Ossos desgastados. Fonte: dados da pesquisa.



**Foto 8**—Serrote da Macambira – Ossos pintados. Fonte: dados da pesquisa.



**Foto 9**—Sítio Barra – Vista geral. Fonte: dados da pesquisa.



**Foto 10**—Sítio Barra – Salão com sepultamentos. Fonte: dados da pesquisa.

ramentos graníticos, no cume da Serra do Lamarão, possuindo dois salões (foto 9). O salão de maiores proporções apresenta algum material disperso em função da intervenção de animais em reentrâncias do lajedo granítico que forma seu piso. Já no segundo salão (foto 10), de aproximadamente 21 m<sup>2</sup>, foram encontrados restos diretos (foto 11), trançados (foto 12), restos vegetais (foto 13), cerâmica (foto 14) e material lítico, onde foi viável abrir cortes controlados de escavação



**Foto 11**—Sítio Barra – material ósseo. Fonte: dados da pesquisa.



**Foto 12**—Sítio Barra – Trançados. Fonte: dados da pesquisa.

(figura 1), sendo possível observar que as evidências ocorrem a pouca profundidade, chegando ao máximo a oito centímetros, o que pode indicar que a deposição dos corpos ocorria em superfície. Ainda não foi possível realizar análise sobre o material ósseo, trançados e vegetais. Mas o material cerâmico encontrado indicaria uma maior preocupação de sua manufatura do que os encontrados em outros sítios da região, como destacado por Azevedo Netto, Rosa e Miranda (2011).



Foto 13—Sítio Barra – Restos vegetais. Fonte: dados da pesquisa.



Foto 14—Sítio Barra – Material cerâmico. Fonte: dados da pesquisa.

Cartograma etno-histórico na Paraíba - 1944



Fonte: Mapa dos municípios da Paraíba, IBGE, S/d. Mapa etno-hist. do Brasil, adaptado de C. Nimuendajú - 1944; IBGE, 1: 5.000.000, 1987.

Figura 1—Fonte: OLIVEIRA, Adriana M. P. de. *Entre a Pré-História e a História: em busca de uma cultura histórica sobre os primeiros habitantes do Cariri paraibano*, João Pessoa, UFPB/PPGH, 2009 (dissertação de mestrado)

### DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS Sítio Barra, Camalaú-PB

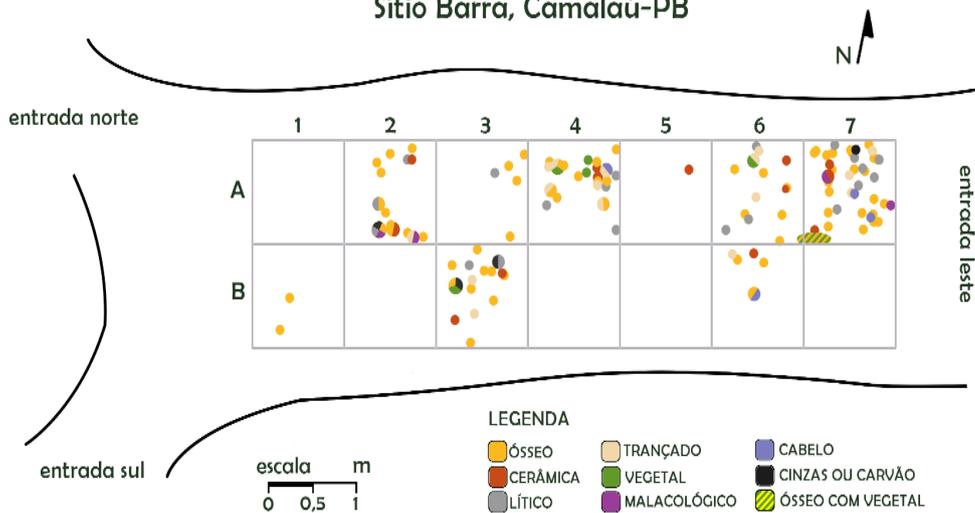


Figura 2—Croqui da escavação do sítio Barra – Fonte: dados da pesquisa.

## Considerações

As observações iniciais sobre o conjunto de sítios arqueológicos, até o momento localizado, possibilitam inferir algumas regularidades entre essas ocorrências e as formas ambientais que foram escolhidas para ocupação. Em primeiro lugar, cabe apontar a constatação de três conjuntos distintos de evidências arqueológicas, os painéis com pinturas, com gravações e os sítios com sepultamentos. A cada uma dessas ocorrências, pode-se indicar um tipo de situação ambiental específica. Vale salientar que as diferentes formas de ocorrência de sítios arqueológicos nessa região estão inter-relacionadas, conforme apontam Costa et al. (2000) e Martin (1999), o que pode indicar pesquisas futuras para evidenciar essa relação.

Para os sítios com gravações, foi observado que sua ocorrência encontra-se associada, de modo geral, a lajedos, ou mesmo a afloramento, horizontais, com figuras geométricas lineares, com raríssimos casos de pontos e círculos, com sulcos muito rasos, sempre a céu aberto. Os suportes dessas gravações encontram-se nos sopés das serras da região, não sendo identificados, até o momento, outros vestígios em contas mais altas.

Para os sítios de pinturas, esses se encontram em afloramentos graníticos, ocupando várias fácies verticais dos mesmos, não sendo observada nenhuma determinação de orientação magnética dos painéis. Os seus motivos são mais abrangentes que os das gravações, desde geométricos lineares, circulares até figuras que lembram antropomorfos, ocupando paredes verticais ou mesmo pequenos abrigos. Esses sítios encontram-se em cotas mais elevadas que as das gravações, embora sejam ainda próximos aos sopés das serras, não foi observada nenhuma relação de continuidade entre esses sítios, com exceção do Serrote dos Letreiros, onde um de seus painéis é de pintura.

A terceira forma de ocorrência de sítio arqueológico nesta região que foi observada é exemplificada pelos sítios Serrote da Macambira e Barra. O primeiro é um abrigo sob-rocha, formado por afloramentos graníticos que formam um salão com três aberturas, localizado no cume da serra do mesmo nome. Esse sítio não possui pinturas ou gravações rupestres, mas foram encontrados restos humanos diretos e material lítico e cerâmico. Com respeito a estes restos diretos, foram realizados estudos que identificaram sepultamentos secundários com tratamento, pinturas e desgastes, além de paleopatologias das mais diversas ordens e questões tafonômicas interessantes apontadas por Carvalho; Queiroz; Azevedo Netto (2006). Em análises preliminares, foi possível identificar 15 indivíduos, com presença de crianças (ossos do crânio pintados).

O sítio Barra, por sua vez, está localizado no Município de Camalaú. Trata-se de um abrigo granítico, formado por rebatimento de afloramentos, localizado no cume da serra, formando dois salões: o mais amplo que tem como piso um lajedo da mesma rocha e o segundo, de menores proporções (21 m<sup>2</sup>), onde se encontram os sepultamentos e material cerâmico e lítico. Esse segundo salão tem três aberturas que formam um túnel de vento, com uma velocidade de 7 m/s, característica essa que permite uma situação de conservação privilegiada. Os restos diretos ainda não foram devidamente abordados, mas cabe informar que serão enviados para o Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe para as devidas análises.

A distribuição espacial dos sítios indica já uma forte correlação entre eles e o seu meio, podendo até indicar estruturas simbólicas diferenciadas. Em primeiro lugar, as formas em que as manifestações rupestres ocorrem. As gravações aparecem fora da ambiência de serras em áreas de forte ligação com a água, mas com grande variabilidade técnica e estética nas suas confec-

ções, sendo difícil ver uma unidade que permita uma classificação mais segura. Para as pinturas, essa relação com ambientes hídricos é menos destacada, mas apresentam, pelo menos, três categorias de ocorrências, com sítios ligados às Tradições Agreste e Nordeste, e aquelas onde há uma sobreposição destas duas unidades classificatórias, embora tenha-se visualizado exemplares que não se encontram nessas categorias, mas são pontuais e ainda não se dispõe de dados para maiores considerações.

No tocante aos sítios de cemitérios, os dois exemplos que foram localizados podem indicar duas formas de ocupação diferenciada. O primeiro, no caso do Serrote da Macambira, em função da ocorrência de sepultamentos secundários, com especial destaque para os

indivíduos que se encontram na infância. Já o que diz respeito às peculiaridades do sítio Barra, onde se encontram acompanhamentos funerários conservados, não é possível estabelecer uma relação objetiva em função de o processo de deposição dos sepultamentos não apresentar uma profundidade considerável, muito próxima à superfície, o que pode indicar que esta cerimônia consistia no depósito dos corpos em superfície e que o sedimento encontrado sobre alguns exemplares seria fruto do desgaste da rocha que forma o abrigo. Mas maiores informações acerca dos processos simbólicos que estes restos arqueológicos representam só poderão ser explicitadas com análises mais detalhadas e amplas.

---

## Referências bibliográficas

ACUTO, Félix A. Paisaje y Dominación: La constitución del espacio social em el Império Inka, in ZARAKIN, A.; ACUTO, F.A. (ed.), 1999. *Sed Non Satiata – Teoria social en la arqueología latinoamericana contemporanea*, Buenos Aires, 25 Ediciones Del Tridente, 1999. p.33-76.

ALMEIDA, Ruth Trindade de. *A arte rupestre nos Cariris Velhos*. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1979.

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Memória e Identidade: a representação através da cultura material. In: *Caderno de Estudos e Pesquisas*, São Gonçalo, n. 19, 2003, p. 13–24.

\_\_\_\_\_. *A Arte Rupestre da Bacia do Taperoá: A ordenação e representação de seus dados*. Projeto de pesquisa, João Pessoa, UFPB. 2004.

\_\_\_\_\_. Memória, Identidade e Cultura Material: a visão arqueológica. In: *Revista Vivência*, Natal/UFRN, n. 28, 2005, p. 265 – 276.

\_\_\_\_\_. A natureza da informação da Arte Rupestre: a proximidade de dois campos. In: *Informare - Cadernos do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação*. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO – IBICT/DEP, v. 4, n. 2, jul/dez, 1988, p. 55-62.

\_\_\_\_\_. *Processos Classificatórios Simétricos de Grafismos Rupestres*, projeto de pesquisa submetido ao CNPq para obtenção de Bolsa de Produtividade de Pesquisa, 2012a.

\_\_\_\_\_. *Caracterização dos Grafismos Rupestres do Cariri Ocidental*, projeto de pesquisa submetido ao CNPq para obtenção de Auxílio de Pesquisa – Edital Universal – Faixa B, 2012b

\_\_\_\_\_. *Representação e Interpretação de um Antigo Sistema de Informação: os grafismos rupestres no Brasil*. 1ª ed., João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

AZEVEDO NETTO, C. X; KRAISCH, A. P. O; DUARTE, P. A inserção ambiental dos Sítios Arqueológicos do Município de São João do Cariri. In: *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História*, Londrina. ANPHU Nacional, 2005. CD-ROM.

AZEVEDO NETTO, C. X.; KRAISCH, A. M. P. O.; ROSA, C. R. Territorialidade e Arte Rupestre – Inferências iniciais acerca da distribuição espacial dos sítios de arte rupestre na região do Cariri paraibano, in *Revista de Arqueologia*, SAB, Juiz de Fora, 2007, p. 51-66.

AZEVEDO NETTO, C. X.; DUARTE, P.; OLIVEIRA, A. M. P. A presença da Tradição Nordeste na região do Cariri Ocidental: Questões classificatórias. *FUMDHAMentos*, v. 9, 2010, p. 43-65

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1977.

BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*, Lisboa, Difel. 1989.

CARVALHO, O.A.; QUEIROZ, A.N.; AZEVEDO NETTO, C. X. Estudos preliminares de esqueletos humanos provenientes do Município de São João do Cariri-PB. In: *Anais do 4º Workshop Arqueológico MAX/Petrobras*. Aracaju: Museu de Arqueologia de Xingó, 2006. p. 219-221.

CASTRO, Eduardo B. V. *A inconstância da alma selvagem – e outros ensaios de antropologia*. São Paulo, Cosac & Naify, 2002.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 6. ed., Petrópolis, Vozes, 1994.

CLARKE, D. L. *Arqueología Analítica*, Barcelona, Bellaterra Ediciones, 1984

CORREA, Marcus Vinicius M. *As Gravações e Pinturas Rupestres na área do Reservatório da UHE-Balbina – AM.*, Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, UFRJ/EBA. 1994.

COSTA, Ivanice Frazão de Lima e, et al. *Relatório Histórico e Arqueológico da região do Sabugi Paraibano*, João Pessoa, Fundação Casa de José Américo, 2000.

COSTA, José Jonas Duarte da. *Impactos Socioambientais das Políticas de Combate à Seca na Paraíba*. São Paulo. Tese (Doutorado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História, 2003.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. 21. ed., Rio de Janeiro: Editora Paulo de Azevedo Ltda, 1950.

DANTAS, Beatriz G; SAMPAIO, José Augusto L; CARVALHO, Maria Rosário G. de. Os povos indígenas no nordeste brasileiro: um esboço histórico. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (org) *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 431 – 456.

DELEUZE, Giles & GUATTARI, Felix. *Capitalism et Schizophrénie - Mille Plateaux*, Paris, Editions de Minuit, 1980

DUNNELL, Robert C. *Classificação em Arqueologia*, São Paulo, EDUSP, 2007.

DIEHL, Astor A. *Cultura Historiográfica – Memória, identidade e representação*, Bauru, Editora Universidade do Sagrado Coração, 2002.

ECO, Umberto. *Tratado Geral de Semiótica - Coleção Estudos*, trad. Gilson C.C. de Souza, São Paulo, Editora Perspectiva, n. 37. 1980.

FAHLANDER, Fredrik; OESTIGAARD, Terje. Material Culture and Post-disciplinary Sciences, in FAHLANDER, Fredrik; OESTIGAARD, Terje (org). *Material Culture and Other Things: Post-disciplinary Studies in the 21st Century*, Gothenburg, Elanders Gotab Vällingby, 2004, p. 1-19.

FUNARI, Pedro Paulo. *Arqueologia*. São Paulo: Contexto, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo; NOELLI, Francisco Silva. *Pré-história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002.

GASPAR, Madu. *A Arte Rupestre no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*, trad. Fanny Wrobel, Rio de Janeiro, Zahar. 1978.

GONÇALVES, Regina Célia. A história e o oceano da memória: algumas reflexões. In: *Saeculum*, João Pessoa, jan./dez. 1998-1999. p. 13 –39.

GUIMARÃES, Solange T. L. Paisagens e Ciganos: uma reflexão sobre paisagens do medo, in ALMEIDA, M.G.; RATTS, A.J.P. (orgs.) *Geografia: Leituras culturais*, Goiânia, Editora Alternativa, 2003, p. 49-69.

HALL, Stuart. *A identidade Cultural na Pós-Modernidade*, 7. ed. , Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2002.

HODDER, Ian. *Interpretación en Arqueología*. 2. ed. Barcelona: Editorial Crítica. 1994.

\_\_\_\_\_. The contextual analysis of symbolic meanings, in *The archaeology of contextual meaning – News Directions in Archaeology*, Cambridge, Cambridge University Press, 2006, p. 1-10.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: Emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 25-44, jan./jun., 2012.

KNAPPETT, Carl. Materiality, in HODDER, I. (Ed.) *Archaeological Theory Today*, 2. ed, Cambridge, Polity Press, 2012, p 188-207.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos – Ensaio de Antropologia Simétrica*, Rio de Janeiro, Editora 34, 1994.

LEROI-GOURHAN, Andre. *O Gesto e a Palavra 1 - Técnica e Linguagem*, trad. Emanuel Godinho, Lisboa, Edições 70. 1983.

\_\_\_\_\_. *O Gesto e a Palavra 2 - Memórias e Ritmos*, trad. Emanuel Godinho, Lisboa, Edições 70. 1985.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*, 5. ed., Campinas, Editora UNICAMP, 2003.

LEROI-GOURHAN, André. Os caminhos da história antes da escrita. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (org). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 89-97.

LIMA-E-SILVA, Pedro Paulo de. *Dicionário de Ciências Ambientais*, Rio de Janeiro: Thex Editora, 2002.

MARTIN, Gabriela, *Pré-História do Nordeste do Brasil*. 2. ed. Recife: Universitária/UFPE, 1997.

MACHADO, Maximiano Lopes. *História da Província da Paraíba*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1977.

MEDEIROS, Coriolano de. *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba*. 2. ed. Rio de Janeiro: INL, 1950

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. Entre Guerras, Currals e Missões: Povos Indígenas da antiga Capitania da Paraíba. In: *XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*. Anais Eletrônicos. João Pessoa: UFPB, 2003. Disponível em < [www.guiajp.com.br](http://www.guiajp.com.br)>. Acesso em: 2 fev. 2005.

\_\_\_\_\_. Povos Indígenas do Sertão Nordestino no Período Colonial: Descobrimientos, Alianças, Resistências e Encobrimento. In: *Revista Fumdhamentos II*, São Raimundo Nonato/Piauí, Fundação Museu do Homem Americano, 2002, p.7-52.

MENDONÇA DE SOUZA, Alfredo. *História da Arqueologia Brasileira*. Pesquisas, Série Antropologia, n. 46, 1991.

MILLER, Daniel. *Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre cultura material*. Trad Renato Aguiar, Rio de Janeiro, Zahar, 2013

MITHEN, Steven. *A Pré-História da mente – uma busca das origens da arte, da religião e da ciência*. São Paulo: Editora Edusp, 2002.

OLSEN, Bjørn. Material Culture after Text: Re-membering Things. in *Norwegian Archaeological Review* 36 (2), 2003. p. 87-104.

PEIRCE, Charles S. *Semiótica - Coleção Estudos*, trad. J.T. Coelho Netto, São Paulo, Editora Perspectiva, n. 46.

1977.

PESSIS, Anne-Marie; MARTIN, Gabriela. A área arqueológica de Seridó, RN. Brasil: Problemas de conservação do Patrimônio Cultural. In: *Fundamentos II*, São Raimundo Nonato, Fundação do Homem Americano, 2002. p. 187–208.

PREUCCEL, Robert W. *Archaeological Semiotics*, Oxford, Blackwell Publishing. 2006.

PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.

RIBEIRO, B. Acheugas à definição de arte indígena. In: *Interfaces*, n. 1. Rio de Janeiro: CLA/UERJ, 1995.

SALVADOR, Vicente do (Fr.). *História do Brasil, 1500-1627*. Belo Horizonte; Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982.

SCHIAVETTO, Solange Nunes de Oliveira. *A Arqueologia Guarani: construção e desconstrução da identidade indígena*. São Paulo: Fapesp, 2003.

SCHNAPP, Alain. A arqueologia. LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (org.). In: *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 1–20.

SILVA, Joaquim Perfeito da. “*Arte rupestre*”: conceito e marco teórico. Em Rupestreweb, <<http://repestreweb.tripod.com/conceito.html>>. Acesso em: 24 mar. 2006.

WATANABE, Takako et al. *Relatório do Projeto Bacia do Taperoá, Paraíba, Brasil*. João Pessoa, PRODEMA/UFPB, 2002.

WEBMOOR, Timothy. Symmetrical archaeology, pragmatism and archaeological hope, in *Symmetrical Archaeology*, Stanford, Stanford University, 2005. Disponível em: <<http://humanitieslab.stanford.edu/23/821>>. Acesso em: 2009.

WILLIAMS, Dennis. Pethrogliphs in Prehistory of Northern in Amazonia and Antilles. In: WENDORF; CLOSE. 1985. *Advances in World Archaeology*. New York, Academic Press. v. 4. 1985. p. 335-387.

WITMORE, Christopher L. 2006. Vision, media, noise and the percolation of time: symmetrical approaches to the mediations of the material world, in *Journal of the Material Culture*, London, SAGE Publications, v. 11(3), p. 267-292.

*Submissão: 25/04/2015*

*Aceite: 18/08/2015*